DOLM 13.06.13__:Camara_Template 12/6/2013 18:56 Página 1

Ano VII - Nº 4.082

Quinta-feira, 13 de Junho de 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO



Foto: Internet

Vereadores debatem projeto da ponte Salvador/Itaparica

Sérgio Gabrielli, secretário de Planejamento, destaca os pontos positivos da proposta

Leia mais na página 3

DOLM 13.06.13__:Camara_Template 12/6/2013 18:57 Página 2

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Carlos Muniz
carlosmuniz@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Fabíola Mansur
fabiolamansur@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Arnando Lessa
arnandolessa@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretária:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Corregedor Geral:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

Ouvidora Geral:
Aladilce Souza
aladilcesouza@cms.ba.gov.br

Ouvidor Substituto:
Everaldo Augusto
everaldoaugusto@cms.ba.gov.br

Assessoria de Comunicação

Assessor Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com



www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001
BUREAU VERITAS
Certification

Ana Rita Tavares ministra aula de legislação a veterinários

Vereadora conversou sobre direitos e deveres da profissão aos recém-formados

Alunos da residência médico-veterinária da Universidade Federal da Bahia (Ufba) assistiram a uma aula especial na tarde de segunda-feira (10). A convite da professora Stella Barrouin, a vereadora por Salvador, Ana Rita Tavares (PV), tirou dúvidas sobre legislação, direitos e deveres do médico veterinário e o seu papel social no atendimento a animais de rua.

Ana Rita destacou a importância da Constituição Federal brasileira, que veda a prática de maus-tratos aos animais, falou também da lei de crimes ambientais de 1998 e o decreto 24.645, de 1934, editado durante o primeiro governo de Getúlio Vargas.

Fotos: Valdemiro Lopes



Vereadora Ana Rita Tavares

A vereadora lembrou a ação civil pública que foi movida contra o Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), motivada por uma denúncia de uma representante de ONG, que acusou o órgão municipal de maus-tratos contra animais.

"Da denúncia, surgiu a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), durante o último ano da gestão do hoje ex-prefeito Antonio Imbassahy, mas que não foi cumprido pela administração seguinte, do prefeito João Henrique", afirmou Ana Rita.

Vereador apoia paralisação de funcionários da Embasa

Gilmar Santiago se solidariza à manifestação marcada para esta quinta-feira (13)

Em sessão ordinária ocorrida na tarde de segunda-feira (10), na Câmara Municipal de Salvador, o vereador e líder da oposição Gilmar Santiago (PT), se manifestou solidário à paralisação de 24 horas dos funcionários da Embasa que acontece nesta quinta-feira (13), no Parque da Bolandeira.

Os servidores estão manifestando contra o reajuste oferecido pela empresa de 2% de reajuste salarial na folha do mês de junho e mais 4,49% em novembro, retroativo a maio, que não cobre a inflação sobre a inflação dos últimos 12 meses que ficou em 7,16%. Outro ponto defendido é a manutenção do Prêmio Aposentadoria, existente desde 1987, que a estatal pretende retirar.

"Me solidarizo com os funcionários da Embasa na paralisação da próxima quinta. Estarei junto com os companheiros desde às 5h na porta do Parque da Bolandeira ajudando-os no piquete. A empresa precisa respeitar o funcionário, ele é o seu maior patrimônio ao arriscar sua vida para levar água à população", disse o parlamentar.



Vereador Gilmar Santiago

A paralisação é uma advertência para que a empresa apresente uma proposta bem melhor e que atenda aos anseios da categoria. Até o momento, já aconteceram cinco rodadas para negociação.

Foto: http://www.sindae-ba.org.br



DOLM 13.06.13__:Camara_Template 12/6/2013 18:57 Página 3

Foto: Internet



Câmara debate ponte Salvador/Itaparica

Secretário de Planejamento Sérgio Gabrielli mostra impactos positivos do equipamento



Construção da ponte Salvador/Itaparica ganha ampla discussão

O projeto de construção da ponte Salvador/Itaparica, com investimento previsto de R$ 7,5 bilhões, foi tema de sessão especial na Câmara, na manhã de quarta-feira (12). As principais vantagens do empreendimento, com impactos diretos no desenvolvimento baiano, sobretudo no Recôncavo-Sul e Baixo Sul, foram destacados pelo secretário estadual de Planejamento, José Sérgio Gabrielli. O debate foi dirigido pelo vereador Leo Prates (DEM), presidente da Comissão Especial para Acompanhamento do Projeto de Construção da Ponte Salvador/Itaparica.

Conforme Gabrielli, a ponte será mais um "vetor de desenvolvimento e reduzirá o fluxo de carros na BR-324", sendo também outra porta de Salvador. Previsto para entrar em operação em 2020, o equipamento, conforme o secretário, "redirecionará o crescimento imobiliário da Ilha de Itaparica e do Recôncavo Sul".

De acordo com o cronograma do Governo da Bahia, a fase de pré-construção, entre 2013 e 2014, representará 40% dos custos. Nesta etapa serão feitas as fundações e os estudos do solo da Baía de Todos os Santos. "Os editais para os estudos de sondagem foram lançados", informou Gabrielli. A construção acontecerá entre 2015 e 2020.

Apoios

Um dos proponentes do debate, o vereador Gilmar Santiago (PT) considerou a realização da sessão especial "fundamental para a cidade". Apoiador do empreendimento, prevendo intervenções na cidade, defendeu uma revisão do PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano) e alertou para os impactos ambientais.

Também requerente do debate, o vereador Euvaldo Jorge (PP), presidente da Comissão de Transporte, previu desenvolvimento social e econômico e afirmou que era "completamente a favor da ponte". Mais cauteloso, o vereador Waldir Pires (PT), mesmo destacando o lado "admirável do projeto", por conta do investimento previsto, defendeu "uma reflexão mais profunda" e a adesão de toda a população baiana.

O vereador Leo Prates atentou para um possível impacto da ponte no trânsito de Salvador e questionou a equação econômica para viabilizar a construção do equipamento. Para o vereador Pedrinho Pepê (PMDB), investimentos em infraestrutura em Salvador não devem cair no esquecimento com a construção da ponte.

Fotos: Antonio Queirós





Interesse do Baixo-Sul

Também favorável à construção da ponte, o prefeito de Jaguaripe, Heráclito Rocha, frisou que "a ponte é de interesse de todo Baixo-Sul da Bahia e representa redistribuição de renda". O ex-prefeito de Ipiaú, José Mendonça, considerou a exposição de Gabrielli convincente. Lembrou que o projeto do arquiteto Paulo Ormindo, que é contra a ponte e favorável à construção de uma malha rodoviária no entorno da Baía de Todos os Santos, não inviabiliza a ponte.

Representantes das câmaras de Vera Cruz e Itaparica defenderam a construção da ponte e pediram contrapartidas para atenuar os impactos negativos que devem ocorrer.

Também acompanharam o debate os vereadores Trindade (PSL), Geraldo Júnior (PTN), Carlos Muniz (PTN), Tiago Correia (PTN) e Vado Malassombrado (DEM).

DOLM 13.06.13__:Camara_Template 12/6/2013 18:57 Página 4

Paulo Câmara lança vídeo didático sobre o Legislativo

Recurso auxilia a política de transparência da Câmara Municipal

O presidente da Câmara Municipal de Salvador, vereador Paulo Câmara (PSDB), lançou em seu site (www.vereadorpaulocamara.com.br) um vídeo didático explicando à população como funciona o trâmite das propostas legislativas e do Executivo Municipal. O vídeo tem a intenção de aproximar o cidadão da Casa Legislativa e segue o conceito da transparência.

Fotos: Valdemiro Lopes



Vereador Paulo Câmara

"É importante o cidadão saber como o seu vereador trabalha, quais suas responsabilidades e o que faz para ajudar no desenvolvimento da cidade. E os Projetos de Lei são um instrumento fundamental nessa atuação", afirmou Paulo Câmara.

Uma animação explica de forma bem simples todo o andamento dos projetos, sejam do Executivo ou Legislativo, desde a leitura no Expediente da Casa; o encaminhamento às comissões pertinentes; a votação em plenário e a sanção ou veto do chefe do Executivo Municipal.

Confira o vídeo:
http://youtu.be/sKBTs9hKasc

Deputado J. Carlos pede apoio dos vereadores para evitar greve

Foto: correio24horas.com.br



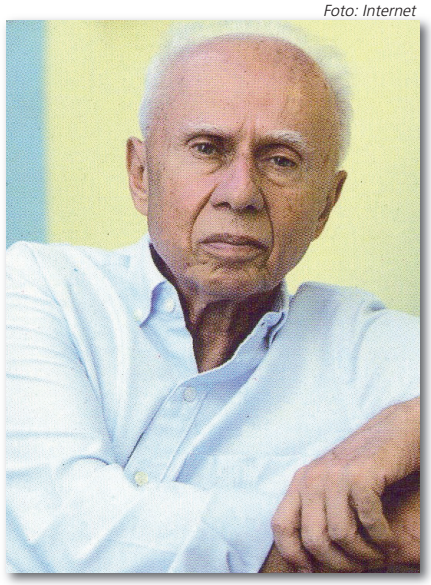
O deputado estadual J. Carlos (PT) participou da sessão ordinária da Câmara Municipal de Salvador ne terça-feira (11), quando foi convidado pela vereadora Fabíola Mansur (PSB), 3ª vice-presidente da Casa, para compor a mesa e se pronunciar. Ele fez um apelo aos vereadores no sentido do Legislativo intermediar as negociações entre a categoria dos rodoviários e o empresariado do setor de transporte coletivo, para evitar a greve de ônibus prevista para iniciar à 0h de terça-feira (18), caso não cheguem a um acordo.



O deputado estadual J. Carlos

Vereadores lamentam morte do intelectual marxista Jacob Gorender

Foto: Internet



O baiano Jacob Gorender morreu aos 90 anos

Aos 90 anos de idade, morreu na tarde de terça-feira (11), em São Paulo, o intelectual, historiador e jornalista baiano Jacob Gorender, um dos antigos dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundador do PCBR e filiado ao PT. A notícia, dada em plenário pelo vereador Hilton Coelho (PSOL), que lamentou a perda e apresentou voto de pesar, motivou vários pronunciamentos sobre a importância do polêmico marxista, considerado um dos grandes revolucionários brasileiros. Entre os que se manifestaram, Waldir Pires (PT) e Edvaldo Brito (PTB).

Natural de Salvador, Gorender, filho de imigrantes russos judeus, estudou direito e se alistou para a 2ª Guerra Mundial, participando da tomada do Monte Castelo, a mais importante batalha enfrentada pelos pracinhas da FEB, a Força Expedicionária Brasileira. Entre os livros que publicou, "O escravismo colonial", "Marxismo sem utopia" e "Combate nas trevas", tido como um dos principais relatos da resistência à Ditadura Militar no país.

Jacob Gorender foi redator e dirigiu importantes publicações comunistas, a exemplo da Classe Operária, Imprensa Popular, O Imparcial e Voz Operária. Foi preso e torturado depois do golpe de 1964. Só em 1994, aos 71 anos, recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal da Bahia (Ufba).

DOLM 13.06.13__:Camara_Template 12/6/2013 18:57 Página 5

Foto: Assessoria do vereador



Maioridade penal é tema de debate on-line

Vereador Luiz Carlos promove debate nas redes sociais

A redução da maioridade penal será tema de um debate on-line promovido pelo vereador Luiz Carlos (PRB), nesta sexta-feira (14), às 15h.

Durante o debate, a sociedade poderá opinar e discutir sobre o tema: "Você é a favor ou contra a redução da maioridade penal?".

Para participar, basta acessar os perfis do vereador nas redes sociais:

Facebook - Luiz Carlos / Luiz Carlos II

Twitter - @luizcarlose10

Skype - amigoluiz10

Lessa faz balanço da aprovação da Reforma Tributária

Vereador aponta mudança na base de cálculo do IPTU como um dos maiores danos para a população

Foto: Valdemiro Lopes



Os vereadores de Salvador aprovaram, na quarta-feira (5), durante o processo de votação do projeto de Reforma Tributária, a proposta apresentada pela bancada de oposição, que defende a possibilidade da permanência da concessão de bolsas para servidores públicos e seus filhos, através de permuta tributária com escolas e universidades soteropolitanas.

O assunto foi apresentado à discussão no plenário Cosme de Farias pelo vereador Arnando Lessa (PT), que relatou a perda histórica que a categoria sofreria caso vedação ocorresse. Na ocasião, o político frisou o impacto que a alteração do projeto poderia causar na vida do povo baiano, pois abrange mais do que uma questão financeira, mas sim de qualificação pessoal.

"Imagine se esta Casa, no toque de caixa que está se tentando colocar esse projeto, retirar essa possibilidade, muitos servidores se verão impedidos de continuar sem estudo. Sendo assim, eu chamo atenção e convido a todos que tem sensibilidade e compromisso para pensar no caso, e que demonstrem com seu voto se essa situação vai prevalecer ou não", indagou o petista na oportunidade.

O que preocupa o vereador são os impactos que a aprovação da Reforma Tributária trará ao povo baiano. Entre os principais pontos apontados por Lessa está o aumento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) na capital baiana.

Com a mudança da base de cálculo do IPTU alterado para valor imobiliário, a população sofrerá os efeitos colaterais da aprovação com o aumento desigual do imposto. Diante do fato, o vereador foi taxativo ao falar dos efeitos. "As pessoas vão acordar quando receber o IPTU em 2014 e, ai sim, tomar conhecimento de que algo votado nesta Casa terá reflexo na sua vida, no seu planejamento financeiro e na sua sobrevivência enquanto empresário ou proprietário de imóvel de qualquer nível.", frisou Arnando Lessa.

DOLM 13.06.13__:Camara_Template 12/6/2013 18:57 Página 6

Deixe o seu recado no aniversário da Câmara

Ouvidoria promove campanha para sugestões nos 464 anos da Casa





Fotos: Flávia Porto

No aniversário de 464 anos da Câmara Municipal de Salvador, a Ouvidoria quer saber o que pensa o cidadão e o servidor da Casa, de uma maneira diferente. Os três murais dispostos no Centro de Cultura, nos edifícios Bahia Center e Rio Lima convidam os visitantes e servidores a deixarem uma mensagem para o Legislativo. Eles podem ser preenchidos com recados de parabéns, sugestões e comentários.

Basta que o cidadão se dirija a qualquer uma das unidades onde estão os murais temáticos, e escrever o recado. Não é preciso se identificar. As sugestões dadas a setores específicos da Câmara Municipal serão encaminhadas às unidades citadas.

Quem preferir também pode usar o site da Ouvidoria para deixar a mensagem. Basta acessar o portal no endereço (www.cms.ba.gov.br/ouvidoria), e clicar na aba "Estamos te ouvindo" no menu laranja à esquerda. Nesse caso, é preciso se identificar. Críticas e sugestões também vão ser encaminhadas.

Caixas de sugestões

As caixas de sugestões também vão ter formulários novos, com o texto "Câmara Municipal: 464 anos a serviço de Salvador. Deixe seu recado para a melhoria dos serviços prestados pela Casa." As urnas ficarão na entrada do Plenário Cosme de Farias, e na recepção do Centro de Cultura. Basta pegar um formulário, preenchê-lo e depositar na caixa. Não é preciso se identificar.

A campanha segue até o próximo dia 30. A Ouvidora Geral da Câmara Municipal, vereadora Aladilce Souza (PC do B) destaca que a campanha quer valorizar a opinião dos funcionários do Legislativo. "O servidor é o maior patrimônio desta Casa, e também deve ser ouvido. Ao desenvolvermos a consciência cidadã dentro de nosso próprio ambiente de trabalho, temos condições de transmitir essa mensagem com muito mais força para a cidade, além de melhorar os serviços prestados", afirmou.

Biblioteca da Câmara entra no clima de São João

Atividades artesanais e brincadeiras juninas marcaram a tarde animada

A animação junina tomou conta da biblioteca da Câmara Municipal na tarde de quarta-feira (12). O "São João Artístico", evento integrante do Projeto Biblioteca Amiga, proporcionou a uma turma de crianças de 7 a 9 anos, da Escola Vivaldo da Costa Lima, localizada no Pelourinho, momentos inesquecíveis.

O saldo da programação animada foi marcado pela troca de experiências. De um lado, crianças em contato com brincadeiras lúdicas orientadas pelas voluntárias Ana Procópio e Marise Aparecida, e do outro, o empenho da estagiária Risalva Barbosa. "Para eles, sair do ambiente da sala de aula é bastante enriquecedor. E para nós, é importante pelo exercício do planejamento e da criação", destacou Risalva.



Foto: Valdemiro Lopes

Comprometida com o entretenimento dos convidados mirins, a equipe organizadora demonstrou empenho ao receber os pequenos no espaço voltado à cidadania. "Esse é um evento artístico que ajuda a desenvolver a imaginação das crianças", defendeu a responsável pela biblioteca, Silvana Jacobina.

O programa consiste na oferta de atividades artísticas para alunos de escolas municipais e crianças do Centro Histórico. "É muito importante, pois é um espaço diferente e outro tipo de lazer. Lá eles ficam um pouco presos por falta de local para brincar", definiu a auxiliar da Escola, Gabriela Reis, enquanto as crianças dançavam a quadrilha.

O projeto mensal Biblioteca Amiga recebe o apoio do vereador e gestor do Centro de Cultura, Odiosvaldo Vigas (PDT) e do coordenador Marcos Bahia.

DOLM 13.06.13__:Camara_Template 12/6/2013 18:57 Página 7

464 Anos da CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

- 13 de junho, 14h30 -
Centro de Cultura

Programação

14h30 Abertura com o presidente Paulo Câmara;
Apresentação da servidora das Comissões e poetisa Alice Barbuda - poesia Casa Caiada;

14h50 Exibição do vídeo institucional "História da Câmara Municipal de Salvador", dirigido por Pola Ribeiro;

15h30 Bate-papo com os convidados:
- Vereador Odiosvaldo Vigas
- Pola Ribeiro - cineasta e diretor do Irdeb
- Sidelmar Araújo - presidente da Ascam
- Servidor(a) da Câmara;

16h45 Momento cantante com o maestro Cícero Alves;

17h30 Coquetel de abertura da exposição 'Prata da Casa', sobre a história da Câmara Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DOLM 13.06.13__:Camara_Template 12/6/2013 18:58 Página 8

Crianças do CEP visitam Memorial

Estudantes têm contato com a história e patrimônio cultural da cidade

O Memorial da Câmara Municipal de Salvador recebeu, na manhã de quarta-feira (12), cerca de 40 alunos do Centro Educacional Projeção (CEP), instituição de ensino do bairro de Paripe, situado no subúrbio ferroviário da cidade.

Durante a visita guiada, as turmas, com estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a história de Salvador e da Câmara, através das telas de autores como Presciliano Silva, Lopes Rodrigues, Floriano Teixeira e Alberto Valença.

A visita faz parte de um projeto implantado no colégio para familiarizar os estudantes com a história da cidade de Salvador. A diretora do CEP, Maria de Fátima Silva, avaliou positivamente a atividade. "Tenho a certeza que com esta visita os alunos criarão uma curiosidade em saber mais sobre a cidade em que vivem", afirmou.

Fotos: Antonio Queirós



Visita de alunos do Centro Educacional Projeção

Visitas

Aberto ao público e com entrada franca, o Memorial da Câmara Municipal de Salvador pode ser visitado de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

As escolas e grupos interessados em conhecer e reviver a história da Casa Legislativa devem fazer o agendamento prévio da visita guiada pelo telefone (71) 3320-0308 ou na forma presencial.





David Rios comemora inauguração de posto de saúde

Para vereador, unidade do Programa de Saúde da Família, no Alto Cabrito, fortalece o SUS

Amigo da comunidade como médico que presta serviço voluntário, nos finais de semana, o vereador David Rios (PSD) considerou "uma ação com um alcance social inestimável" a inauguração, pela Prefeitura de Salvador, do posto do Programa Saúde da Família (PSF) no Alto Cabrito, no Subúrbio Ferroviário. Num investimento de R$ 700 mil, o posto vai contar com 32 profissionais, divididos em três equipes de Saúde à Família e outras três de Saúde Bucal, além de seis consultórios médicos e três odontológicos.

"É uma obra que, há muito tempo, o Alto do Cabrito aguardava, com ansiedade. Sem dúvida de grande importância, mas precisamos fazer muito mais pela saúde de Salvador e da Bahia, em geral, fortalecendo o Sistema Único de Saúde (SUS) e ampliando o seu atendimento", avaliou David Rios. Na comunidade, ele foi responsável pela reforma e iluminação do Campo da Arena do Dique.

Foto: Valdemiro Lopes



Vereador David Rios

DOLM 13.06.13__:Camara_Template 12/6/2013 18:58 Página 9

CÂMARA MUNICIPAL

EXPEDIENTE

46ª SESSÃO ORDINÁRIA
1º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA

Salvador, 11 de junho de 2013.

PROJETO DE LEI Nº 461/13

Considera de utilidade pública municipal o Departamento Regional do Abrigo do Marinheiro em Salvador.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º Fica considerado de utilidade pública municipal o Departamento Regional do Abrigo do Marinheiro na cidade de Salvador-Bahia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2013.
CLAUDIO TINOCO

JUSTIFICATIVA

O Abrigo do Marinheiro na cidade de Salvador constitui uma associação sem fins lucrativos, com reconhecimento de utilidade pública pelo Governo Federal (Decreto n° 4.287, de 29 de junho de 1921), bem como pelo Governo Estadual (Lei Estadual 10.512, de 22 de dezembro de 2006).

Segundo o seu Estatuto, tem por objetivos promover, dirigir, incentivar e colaborar com as iniciativas e eventos cívicos, culturais, assistenciais, sociais, desportivos e recreativos dedicados a todos os que integram a Marinha do Brasil, assim como seus dependentes.

Também faz parte dos objetivos desta instituição promover ações com a finalidade de despertar o amor à Marinha e as tradições navais, zelando, portanto, pela difusão e fortalecimento de uma mentalidade marítima na sociedade.

A importância da Força Naval para todo o país é inquestionável, não apenas pela sua finalidade bélica e de proteção da sociedade, porém, por desde o início da formação do Estado Brasileiro, nascido nesta Capital, ter participado ativamente dos movimentos sociais e culturais.

Segue-se daí ser elevada a relevância da associação em tela, haja vista sua atuação perante todos os membros da Marinha brasileira, sejam praças, oficiais, funcionários civis, pensionistas e dependentes.

Ademais, desde sua fundação tem participado de diversos projetos de extrema relevância para a comunidade soteropolitana, a exemplo do apoio à Secretaria Municipal de Saúde através de centro temporário de diagnóstico e controle de diabetes; montagem de postos de monitoramento e apoio em eventos populares utilizados pela Polícia Militar do Estado, como o carnaval, dentre outros; realização de eventos filantrópicos de arrecadação de fundos e donativos para assistência de idosos carentes; apoio a atividades desportivas para crianças especiais em colaboração ao Instituto de Organização Neurológico da Bahia; bem como outras atividades de apoio à Associação dos Moradores da Barra(AMBARRA) e Liga Bahiana contra o Câncer do Hospital Aristides Maltez.

Conforme demonstrado, além dos importantes serviços prestados a todos os membros da Marinha do Brasil, o Abrigo do Marinheiro na cidade de Salvador também promove ações assistenciais em benefício de diversos setores sociedade civil soteropolitana, desde pessoas necessitadas, idosos, até aqueles que estão em tratamento de câncer.

Portanto, o edil acredita que o presente Projeto de Lei atende ao interesse público, uma vez que visa a conceder utilidade pública municipal a instituição que, efetivamente, presta elevados serviços à população municipal, merecendo a aprovação dos nobres pares.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2013.
CLAUDIO TINOCO

PROJETO DE LEI Nº 462/13

Dispõe sobre a arrecadação e a encampação de imóveis urbanos abandonados no Município de Salvador e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º - Os imóveis urbanos abandonados, cujos proprietários não possuam a intenção de conservá-lo em seu patrimônio e que não se encontre na posse de outrem, ficam sujeitos à arrecadação e à encampação pelo Município de Salvador, na condição de bem vago.

Parágrafo Único – A ausência da intenção referida no *caput* deste artigo será presumida quando o proprietário, cessada a sua posse sobre o imóvel, não adimplir com os decorrentes ônus fiscais.

Art. 2º - A arrecadação de que trata esta Lei terá início de ofício ou por denúncia e prosseguirá com:

I – a realização de atos de diligência, mediante elaboração de relatório circunstanciado contendo a descrição das condições do imóvel; e

II – confirmando-se a situação de abandono, a lavratura do respectivo auto de infração e a instrução de processo administrativo.

Parágrafo Único – O processo administrativo conterá os seguintes documentos:

a) requerimento ou denúncia que motivou a diligência;
b) certidão imobiliária atualizada;
c) termo declaratório dos ocupantes de imóveis contíguos, quando houver;
d) certidão positiva de ônus fiscais; e
e) outras provas do estado de abandono do imóvel, quando houver.

Art. 3º A arrecadação de que trata esta Lei, atendido o que determina o seu art. 2º, será oficializada por meio de Decreto, ficando o imóvel sob a guarda do Município de Salvador.

Parágrafo Único – O Decreto referido no *caput* deste artigo será publicizado mediante:

I – publicação no Diário Oficial do Município;

II – em jornal de circulação local;

III – afixação em local do prédio da Prefeitura Municipal de Salvador utilizado para esse fim; e

IV – afixação junto ao imóvel encampado, em local visível ao público.

Art. 4º Decorrido o prazo de 3 (três) anos das publicações de que trata o inc. I do Parágrafo Único do artigo anterior, e não havendo intenção do proprietário manter o imóvel em seu patrimônio, esse será encampado pelo Município de Salvador, passando à sua propriedade.

§ 1º Caso o proprietário tenha a intenção de manter o imóvel em seu patrimônio, deverá manifestá-la dentro do prazo referido no *caput* deste artigo, por meio de:

I – recolhimento dos respectivos tributos e da multa prevista no auto de infração; e

II – ressarcimento ao Município de Salvador de quaisquer despesas advindas da guarda e conservação do imóvel.

§ 2º Os imóveis arrecadados que forem objeto de declaração de vacância de herança, igualmente sujeitam-se à arrecadação, passando ao domínio do Município de Salvador após 5 (cinco) anos da abertura do respectivo procedimento judicial sucessório.

Art. 5º As providências necessárias para a regularização dos imóveis encampados na esfera cartorial são de competência da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 6º Os imóveis encampados com base nesta Lei serão destinados, prioritariamente, a programas habitacionais, a prestação de serviços públicos, no fomento ao turismo no Município do Salvador ou serão objeto de concessão de direito real de uso a entidades civis que, comprovadamente, tenham fins filantrópicos, assistenciais, educativos, esportivos ou outra a inte-

DOLM 13.06.13__:Camara_Template 12/6/2013 18:58 Página 10

resse do Município

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos sobre os imóveis urbanos que estiverem sob a guarda do Município de Salvador nessa data.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2013.
ERON VASCONCELOS

JUSTIFICATIVA

É cediço que em nossa cidade existe um considerável número de imóveis em estado de abandono e arruinamento, mormente àqueles localizados no Centro Histórico e em seu entorno, já amplamente identificados pela Defesa Civil de Salvador, através de suas vistorias periódicas.

Boa parte destes imóveis, a despeito do estado em que se encontram, possuem valor histórico e artístico, inclusive alguns deles já foram tombados por órgãos de proteção como IPHAN e IPAC.

Sabemos também que os centros urbanos nas cidades mais desenvolvidas são, normalmente, regiões conservadas e valorizadas, com economia pujante e farta oferta de serviços, até por gozar de facilidade de acesso e ter grande apelo turístico. São exemplos claros desta assertiva as cidades européias de Paris, Lisboa, Madri, Praga ou mesmo em nossas vizinhas Sul americanas Santiago, Montevidéu e Bogotá.

Muito mais isto é verdadeiro – ou pelo menos deveria ser – em uma cidade com o potencial e a vocação turística como é a nossa Salvador.

Aqui temos tudo, uma paisagem natural privilegiada, uma cultura riquíssima e a História guardada em cada casa, cada rua e esquina.

A despeito disto, é forçoso ressaltar que a ausência de conservação, associada ao acúmulo de lixo, à ação do tempo e da chuva, transformam os imóveis descuidados em verdadeira questão de saúde pública, haja vista que são pontos de proliferação de vetores de doenças – ratos, formigas, mosquitos etc. – além de favorecer a ocorrência de crimes, notadamente relacionados ao tráfico de drogas, estupros e ao lenocínio.

Bem assim, estes locais apresentam ainda enorme risco, tanto para os ocupantes ocasionais, como para vizinhos e transeuntes, como se pôde verificar no ensejo dos últimos casos de desabamento ocorridos nas áreas em comento, e em toda a repercussão negativa advinda dos trágicos episódios.

Ademais, em nosso entendimento, não se pode exigir do Poder Público Municipal que realize as intervenções necessárias (limpeza, restauro e conservação) em todos os imóveis sob risco; pois careceria para tal desiderato, tanto de competência legal como de recursos materiais, sendo, outrossim, injusto recair sobre a coletividade a conservação do bem particular.

Apesar disso, não raro temos notícia de verbas milionárias sendo liberadas, mormente pela União, para escoramentos e outras ações emergenciais nesses imóveis. Até por que, como já dito, seria impossível ao Município, com os parcos recursos dos quais dispõe, realizar este trabalho.

Para além de tudo isto, emerge ainda a enorme carência enfrentada em nosso Município de imóveis que sirvam de moradia, de terrenos públicos para novas construções, ou mesmo, para a instalação de novos equipamentos que venham a dinamizar nossa economia, atraindo mais turistas e novos investidores.

Vale lembrar que o Município de Salvador está localizado em uma península, cercado de um lado pelo Oceano Atlântico e do outro pela Baía de Todos os Santos, com sua área física quase que totalmente ocupada por construções de baixa densificação e um centro urbano com construções essencialmente horizontais que ocupam toda a área disponível, havendo, portanto, uma enorme dificuldade de expansão e justificando um uso racionalizado das áreas urbanas.

A ausência de áreas livres em nossa cidade é tamanha que os empreendimentos de construção civil, especialmente aqueles destinados a programas habitacionais de interesse social – incluindo o Loteamento Jardim Campo Verde, no Barródromo – têm sido deslocados a pontos cada vez mais extremos da cidade, alguns até deixando Salvador em busca de espaços disponíveis.

De outra quadra, temos que muitos dos imóveis estão localizados em uma região estratégica da cidade e, pelos riscos de toda sorte que apresentam à população, descumprem frontalmente a função social da propriedade, conforme preceitua a Constituição Federal nos seus artigos 5 º, XXIII e 182, § 2.º, além do Estatuto das Cidades, da Lei Orgânica do Município do Salvador (artigos 71, inc. X e 81) e da própria Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), que admite que o uso e o gozo dos bens da propriedade privada sejam submetido, por meio de lei, ao interesse social (art. 21, I).

Destarte, a ordem jurídica garanta o direito à propriedade individual, não mais se admite, entretanto, que esse direito seja exercido abusivamente, sem atentar-se a certos limites, inclusive no que concerne ao não aproveitamento útil do bem, pois há um interesse geral a ladear o interesse particular do proprietário, e por isso deve se dar ao bem uma destinação alinhada à função social.

No entendimento de PIETRO PERLINGIERI, douto civilista italiano, citado por DOMINGOS SÁVIO DRESCH DA SILVEIRA, afirma que *"Se o proprietário não cumpre e não se realiza a função social da propriedade, ele deixa de ser merecedor de tutela por parte do ordenamento jurídico, desaparece o direito de propriedade"*.

Assim, tais imóveis poderiam ser aproveitados, a bem do melhor interesse público. Seja na implantação de equipamentos diretamente pelo Poder Público ou sob regime de concessão (para exploração comercial), na disposição de espaços livres ou em programas de habitação de interesse social. A propósito deste último, poderíamos ainda contar com créditos especiais, como o disponibilizado através do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), do Ministério das Cidades, que libera os recursos a serem aplicados em cada município para atenderem à necessidade de moradia da população de baixa renda, mediante construção e arrendamento de unidades residenciais, com opção de compra do imóvel ao final do período contratado ou mesmo do Programa Minha Casa Minha Vida.

É também nossa intenção, na apresentação deste Projeto, ajustar e adaptar, dando aplicabilidade na esfera municipal a legislação que aborda intervenções urbanas e que já vigora em nível federal, notadamente o disposto no art. 1.276 do Código Civil. Vejamos sua transcrição:

Art. 1.276. O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.

§ 1º O imóvel situado na zona rural, abandonado nas mesmas circunstâncias, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade da União, onde quer que ele se localize.

§ 2º Presumir-se-á de modo absoluto a intenção a que se refere este artigo, quando, cessados os atos de posse, deixar o proprietário de satisfazer os ônus fiscais. (Grifamos)

Importante destacar-se que o ato de arrecadação tem caráter eminentemente discricionário, a ser tomado para atender o exclusivo interesse da administração. Assim, nem todo o imóvel abandonado e com pendências de IPTU haverá de ser arrecadado pela municipalidade, senão apenas aqueles em que se assentarem conveniência e oportunidade, é dizer, o melhor interesse público.

Desta forma e, por tudo quanto acima exposto, apresentamos o presente Projeto de Lei possibilitando ao Município de Salvador, discricionariamente, arrecadar e apropriar-se daqueles imóveis abandonados por seus proprietários, compreendendo que esta proposição atende aos requisitos procedimentais necessários, sendo ademais de enorme relevância para toda política de desenvolvimento e ocupação urbana da nossa cidade.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2013.
ERON VASCONCELOS

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 471/13

Considerando que a cultura desenvolvida em Salvador, primeira capital do Brasil até 1763, exerceu influência decisiva em outras regiões do país, e na própria imagem que se tem do Brasil no exterior;

considerando que, a partir da década de 30, primeiro pelos romances de Jorge Amado e depois pelas músicas de Dorival Caymmi, ficou estabelecida ante o Brasil a imagem que se tem da Bahia, especialmente de Salvador, de um local paradisíaco, com povo hospitaleiro e festeiro, perdurando até os dias atuais;

considerando que Salvador tem uma cultura muito diversificada dentro do Brasil. Também tem um belíssimo acervo muito rico de obras arquitetônicas e religiosas. Tem as mais típicas manifestações culturais populares, assim como a música;

considerando que a Lei Orçamentária Anual de 2013 (LOA), garantiu um Orçamento no valor de R$4,1 milhões para a Cultura na nossa cidade, correspondendo a aproximadamente 0,15% do orçamento do Município.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao prefeito, que 1% do orçamento do Município seja destinado à cultura.

DOLM 13.06.13__:Camara_Template 12/6/2013 18:58 Página 11

Sala das Sessões, 11 de junho de 2013.
LEO PRATES

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 472/13

"É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência social e comunitária."

Artigo 4º - ECA

O Programa Padrinho Fraterno – PPF – tem como objetivo o apadrinhamento fraternal. ou seja, proporcionar a convivência familiar, com padrinho ou madrinha, para aquelas crianças e adolescentes abrigados com poucas chances de serem adotados, pois a maioria das pessoas opta por adotar crianças menores. Por isso, as crianças que participam do Programa são maiores de cinco anos. Além disso, é preciso haver uma diferença de 16 anos entre madrinha/padrinho e afilhado(a), sendo que estes não podem estar cadastrados para adoção.

Estudos científicos apontam a importância dos laços afetivos referenciais ao saudável desenvolvimento da infância e juventude e, portanto, outorgam à família de referência um papel fundamental no crescimento da criança e do adolescente.

Pesquisas científicas têm comprovado que, tanto em animais quanto em humanos, o desvínculo cuidador-bebê acarreta efeitos danosos na organização das estruturas neuropsicológicas.

A violência doméstica possui alto grau de correlação matemática com estes vínculos familiares mal estabelecidos.

Este tipo de violência continua vitimizando a infância e adolescência e insiste em colocar-se como fenômeno endêmico em nosso meio social.

As crianças e os adolescentes, que são negligenciados e submetidos ao estresse traumático do abuso e da violência sexual, física e psicológica, possuem mais dificuldades de aprendizagem, comportamentos disfuncionais tais como se expor a situações potencialmente perigosas, comportamentos antissociais ou condutas infracionais.

Esse tipo de programa, que já é uma realidade em várias cidades do Brasil, a exemplo de Porto Alegre, RS – Programa Apadrinhamento Afetivo; e o de Cuiabá, MT – Padrinho Solidário demonstra como essa iniciativa é importante para essas crianças e adolescentes, pois busca a socialização e inserção deles como indivíduos.

OBJETIVO GERAL

Propiciar experiências e referências afetivas, tanto familiares quanto comunitárias, a crianças e adolescentes em medida de proteção de abrigamento no Município de Salvador, quando com vínculos familiares juridicamente rompidos (ou situação jurídica definida) e com possibilidades remotas ou inexistentes de colocação em família substituta.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

* concretizar a experiência de convivência familiar e comunitária a essas crianças e adolescentes;
* experienciar a vivência de vinculação afetiva com um grupo familiar favorecendo o sentimento de "pertencimento" e estabilidade emocional;
* consolidar laços afetivos que darão suporte emocional futuro a essas crianças e adolescentes após o seu desligamento e/ou 18 anos;
* distensionar a vivência grupal interna do abrigo;
* sensibilizar a comunidade onde o abrigo encontra-se inserido, para que contribua de maneira diferenciada, ou seja, afetivamente e não apenas financeiramente;
* conscientizar a sociedade em geral da realidade vivenciada dentro dos abrigos por essas crianças e adolescentes.

CRITÉRIOS PARA PADRINHOS E MADRINHAS:

* idade mínima de 21 anos, respeitando a diferença de 16 anos entre ambos, conforme recomenda o ECA (art. 42, §3º);
* apresentar documentação solicitada (formulário próprio desenvolvido pelo Conselho Tutelar);
* passar pela entrevista preliminar, a ser realizada pelo Conselho Tutelar;
* participar da oficina de sensibilização;
* disponibilidade afetiva e apresentar ambiente familiar adequado e receptivo ao apadrinhamento;
* não possuir demanda judicial envolvendo criança e adolescente.

CRITÉRIOS PARA OS AFILHADOS(AS):

* estar em situação jurídica definida com Destituição do Pátrio Poder;
* ter possibilidades remotas ou inexistentes de adoção, estando judicialmente autorizada sua inclusão em cadastro de criança ou adolescente apta à possibilidade de apadrinhamento.

O Cadastramento deverá ser feito junto aos Conselhos Tutelares.
E o mais importante. Não há, necessariamente, o dever dos padrinhos de um apoio financeiro, mas sim do apoio FRATERNAL.

Por isso**,**

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao prefeito, através dos Conselhos Tutelares, a criação do **Programa *Padrinho Fraterno* – *PPF.***

Sala das Sessões, 11 de junho de 2013.
PAULO CÂMARA

ATA

46ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2013.

PRESIDENTE: VEREADOR PAULO CÂMARA
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ARNANDO LESSA
2º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA

Compareceram os Senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALAN CASTRO, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ARNANDO LESSA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, DAVID RIOS, DRA. FABÍOLA MANSUR, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ERON VASCONCELOS, EUVALDO JORGE, GERALDO FERREIRA JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HEBER SANTANA, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELL MORAES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PEDRINHO PEPÊ, SÍLVIO HUMBERTO, SOLDADO PRISCO, TIAGO CORREIA, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior. Em discussão a Ata, o vereador Heber Santana retificou a data em que se comemora o Dia do Pastor, que é dia 10 de junho, explicando que 1º de junho foi o dia em que o Conselho de Ministros Evangélicos fez uma comemoração. Também discutindo a Ata, o vereador Edvaldo Brito observou fala atribuída à vereadora Dra. Fabíola Mansur, segundo a qual ele não teria sido solidário à questão relativa à Reforma Tributária. Pediu que a questão fosse esclarecida e ou se o trecho da Ata. Em resposta, a vereadora Dra. Fabíola Mansur esclareceu o ponto que a levou ao comentário, foi o vereador não ter emplacado a Emenda aos incisos II e V do art.34 do Projeto. Em seguida, foi anunciada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei nºs 461/13 do vereador Cláudio Tinoco e 462/13 da vereadora Eron Vasconcelos; Projetos de Indicação nºs 471/13 do vereador Léo Prates e 472/13 do vereador Paulo Câmara e Requerimento de Urgência Urgentíssima nº 25/13. Terminada a leitura do Expediente, em comunicação inadiável, o vereador Orlando Palhinha confirmou a prisão de seu ex-assessor, André Luís dos Santos, ontem, por porte de drogas. Explicou se tratar de pessoa conhecida dele, de boa origem familiar, que participou de três campanhas suas, e que pendeu para o caminho do crime certamente por ter se envolvido com más companhias. Como vereador, não pode se responsabilizar por tal ato, pelo qual exonerou o assessor do cargo. O Senhor presidente solidarizou-se, bem como os demais membros da Mesa e os Senhores vereadores. Pela ordem, o vereador Léo Prates informou que a assessora do Escritório Municipal da Copa – ECOPA, estava presente à Casa, à disposição dos edis que quisessem tirar dúvidas sobre o Projeto de Lei a ser votado. Pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues solicitou a inversão da Ordem do Dia, colocando-se o Pinga-Fogo após a votação do Projeto de Lei nº 370/13. O Senhor presidente, após consulta aos líderes de Governo, oposição e independentes, aprovou o pedido, sob a ressalva do líder da oposição quanto a se garantir o Pinga-Fogo e as representações partidárias. Em razão de aprovação da urgência urgentíssima, passou-se à apreciação do Projeto de Lei nº 370/13, e relato nas Comissões conjuntas. Nas Comissões, o vereador Edvaldo Brito absteve-se de votar. O Projeto de Lei nº 370/13 foi aprovado nas Comissões, em 2ª discussão, com seus artigos, com abstenção do vereador Edvaldo Brito e contra o voto do vereador Hilton Coelho. Na 3ª discussão, o vereador Hilton Coelho mencionou a Lei nº 12.663/12, Lei Geral da Copa, à qual é contrário, e ressaltou a submissão do poder público à FIFA na realização da Copa das Confederações e Copa do Mundo, lembrando que, durante a Copa realizada na Alemanha, o país não abriu mão de sua cultura. Comentou o conjunto de medidas impostas pela FIFA, como reestruturação de estádios e bilheteria antipopular, com elitização do futebol e preços exorbitantes. Criticou a realização da Copa em um país como o Brasil, comparando-o com a África do sul, onde foram deixados "elefantes brancos". Afirmou não perceber reais mudanças para o povo, nem impacto positivo. Alegou ser contrário ao Projeto, mencionando alguns os artigos como o que trata da suspensão de normas municipais em um raio de dois quilômetros, com relação à publicidade e fiscalização sobre venda de pro-

DOLM 13.06.13__:Camara_Template 12/6/2013 18:58 Página 12

dutos, o que permite ao poder público utilizar seu poder de polícia para coibir ambulantes, o que trata da impossibilidade de realização de obras públicas e particulares nos dias de jogo e o que trata da possibilidade de decretação de feriados. Considerou que os feriados ou são religiosos, por conta da Fé, ou marcam datas ou vida/morte de personalidades importantes para o país/estado/município. Em aparte, o vereador Marcell Moraes se associou em parte, afirmando considerar o Projeto importante, mas lembrando excesso de poder da FIFA. O vereador Orlando Palhinha também criticou as imposições da FIFA, que lançou aos vereadores o papel de legalizar suas ações e não deixará quase nenhuma contrapartida, exceto a arena. Disse que ama o futebol, mas não estará presente nos eventos da Copa, em sinal de protesto. Em aparte, o vereador Isnard Araújo parabenizou o orador, e criticou a não-discussão, na Casa, sobre as baianas de acarajé na Copa do Mundo. O vereador Orlando Palhinha ainda lembrou ter pedido atenção a demandas locais, como a recuperação de oito campos de futebol da cidade. Associaram-se os vereadores Euvaldo Jorge, Marcell Moraes e Pedrinho Pepê. Em comunicação inadiável, o vereador Hilton Coelho informou o falecimento, na manhã de hoje, de Jacob Gorender, militante de esquerda com histórico de luta no tempo da ditadura militar. Associaram-se a Mesa e os vereadores Aladilce Souza, Sílvio Humberto e Waldir Pires. Também discutindo o Projeto, o vereador Edvaldo Brito disse que se absteve de votar porque – lembrando aula por ele ontem ministrada, no curso de doutorado da Universidade Federal da Bahia – Ufba, sobre o primeiro julgado no mundo pela inconstitucionalidade, datado de 1803, do juiz John Marshall –, assim se pronunciará sempre que algum aspecto seja inconstitucional e, quanto a isso, não fará seleção de matérias. Leu o art. 4º do Projeto em discussão, bem como seu §1º, além do art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal de 1988 – CF/88. Considerou que votar a favor do Projeto é votar "de costas" para a CF/88 e declarou que sua abstenção na CCJ se prolonga às 2ª e 3ª discussões, devido a fundamentos jurídicos-constitucionais. Encerrada a 3ª discussão, encaminhou a 3ª votação o vereador Marcell Moraes, que criticou a contrapartida ínfima deixada pela FIFA a Salvador (apenas um estádio). Em se tratando de uma cidade pobre, eram necessárias e poderiam ser feitas outras ações em favor da mobilidade urbana e do Meio Ambiente, através da recuperação de equipamentos, como as próprias fontes no entorno da Arena Fonte Nova. Para encaminhar a votação, a vereadora Aladilce Souza lembrou ser ouvidora desta Casa e participar de fóruns, reconhecendo a subserviência à FIFA. Ressaltou a necessidade de discussão e questionou como ficou definido que Salvador seria sede da Copa, afirmando desconhecer o plano da cidade para o enfrentamento da questão. Esclareceu não estar defendendo a FIFA, mas questionando a participação desta Casa e o que foi realizado na gestão do ex-prefeito João Henrique. Desejou que os vereadores se organizassem para debater mais questões como essas. O Projeto de Lei nº 370/13 foi aprovado em 3ª votação, e até a Redação Final, contra o voto do vereador Hilton Coelho e abstenção do vereador Edvaldo Brito. No **Pinga-Fogo**, inicialmente ocupou a Tribuna o vereador Luiz Carlos Suíca, que se solidarizou ao vereador Orlando Palhinha quanto à situação do ex-assessor preso, criticando o tratamento dado ao fato pela imprensa. Comentou a situação dos trabalhadores terceirizados do Estado, questão anteriormente discutida na Casa, afirmando que as empresas tornam reféns os entes públicos. Pediu ao prefeito e aos vereadores Joceval Rodrigues e Léo Prates, líderes de Governo e partido, que fizessem pressão sobre as empresas. Sobre os trabalhadores demitidos, defendeu que sejam aproveitados, pela experiência, em vez de serem desligados, e disse que o Sindlimp mobilizou-se para tentar evitar as demissões. Em aparte, a vereadora Dra. Fabíola Mansur associou-se. Em aparte, o vereador Moisés Rocha criticou o Projeto de Lei Federal nº 4330/04, do deputado Arthur Maia, que dispõe sobre terceirização de trabalho, o qual trará prejuízos aos trabalhadores, se convertido em Lei. O vereador Luiz Carlos Suíca concluiu sua fala parabenizando o Ministério Público pela atuação na questão do transporte aos domingos. Em seguida, o vereador Gilmar Santiago registrou a ausência de discussão sobre os servidores municipais em greve. Em aparte, a vereadora Aladilce Souza associou-se ao orador. Na oportunidade, lamentou a não abertura da negociação mesmo após a suspensão da greve. Informou a adesão do pessoal da Educação e disse ter participado, ontem, de reunião com os médicos em greve, na qual não havia representante da Prefeitura. Também em aparte, associou-se o vereador Hilton Coelho, explicando que os servidores haviam suspendido a greve, ficando em estado de greve, mas a retomariam. Considerou que o prefeito deve ser sensível à questão, pois os trabalhadores pedem apenas algo elementar, a correção da inflação. Em aparte, o vereador Léo Prates concordou que o direito de greve é legítimo, mas questionou se seria legítimo embaraçar o direito de quem quer trabalhar, já que grevistas lacraram portas de repartição com essa finalidade. O vereador Gilmar Santiago respondeu que essa ação é legítima, faz parte do modo de ação numa greve. Concitou a Casa à intermediação na questão. Em aparte, a vereadora Dra. Fabíola Mansur também se associou ao orador. Concluindo, o vereador Gilmar Santiago lembrou que a campanha eleitoral do prefeito foi baseada na valorização dos servidores, questionando onde está essa valorização prometida. O vereador Cláudio Tinoco comentou a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, lembrando que, apesar da votação que ocorreu nesta Sessão, o assunto vem sendo tratado desde 2003, quando três países tinham a possibilidade de sediar o evento, sendo eles Brasil, Colômbia e Argentina. Em 2006, o então presidente Lula prometeu à FIFA a construção, caso fosse necessário, de 12 estádios. Em 2007, o Brasil foi o país escolhido. Afirmou que, desde aquela época, se reconhecia a dependência da FIFA, empresa privada. Apontou a existência de questões positivas, afirmando que na gestão da Saltur, desde 2009, foi avisado que as cidades precisariam ser preparadas. Lembrou que Salvador tinha diversos Projetos, mas que o Ministério do Turismo entrou em crise, e, somente em dezembro de 2011, houve o chamado para apresentar. Considerou que os Governos Federal, Estadual e Municipal, assim como a gestão municipal anterior, são responsáveis, e reafirmou a existência de pontos positivos, citando a ocupação em 100% na cidade, no dia 22 de junho. Ressaltou a necessidade de valorização do lado positivo, declarando voto favorável ao Projeto. O vereador Arnando Lessa comentou o Diário Oficial do Município, de hoje, que informa a recuperação da antiga sede do Bahia pela Prefeitura. Considerou positiva a ação, mas, questionou o que será construído, desejando equipamento público que possibilite lazer e eventos à população. Comentou, ainda, resumo de dispensa de licitação da Secretaria Municipal de Saúde, assinada pelo secretário de Educação, para contratação emergencial de serviços de reparação de cobertura e rede elétrica, com fornecimento de material, mão-de-obra especializada e equipamentos adequados, em 27 unidades escolares da Rede Municipal de Educação, no valor de 3.080.140,85 reais. Afirmou que, na página seguinte, é possível encontrar resumo dos contratos, com as empresas Qualy Engenharia LTDA, no valor de 2.077.182,29 reais, Mainan Engenharia LTDA, no valor de 428.919,05, e E. G. Construções LTDA, no valor de 574.039,51 reais. Informou que fará Requerimento pedindo explicações. Na oportunidade, o edil informou que aguardará resposta para ingressar Ação no Ministério Público e Tribunal de Contas dos Municípios, e afirmou ser esta uma prática costumeira na Secretaria Municipal de Educação. A vereadora Dra. Fabíola Mansur declarou voto favorável ao Projeto de Lei nº 370/13 porque, embora não se tenha as condições perfeitas, a Copa trará muitos pontos positivos, como a melhoria da infraestrutura dos aeroportos e estádios. Registrou o Seminário "Articulação Interfederativa no SUS", uma realização da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – Sesab e do Conselho de Secretários Municipais de Saúde, para discutir a atenção básica. Solidarizou-se ao movimento dos médicos municipais, cujas reivindicações vão desde condições dignas de trabalho à valorização da remuneração e contra a precarização dos vínculos trabalhistas. Disse que, hoje, a Comissão de Saúde esteve na Secretaria de Gestão, no sentido de sensibilizar o secretário e defender políticas estruturantes, como a política de atenção básica, e visitou postos de Saúde. Também hoje, disse que esteve na Estação da Lapa, com pessoas deficientes, para verificar as condições de acessibilidade do local, onde se verifica falta de higiene e itens de acessibilidade. Pediu atenção da Comissão da Pessoa com Deficiência, e convidou todos para a audiência pública intitulada "Acessibilidade Pede Socorro", no dia 18, no Centro Cultural, lembrando que a campanha "Nada Sobre Nós, Sem Nós" conseguiu sensibilizar para a questão das pessoas com deficiências. Em aparte, o vereador Euvaldo Jorge disse que deixou as escadas rolantes da Estação da Lapa em funcionamento, até 2010. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza pediu a atenção de todos os vereadores para a iminência da greve dos rodoviários, considerando que cabe a esta Casa fazer o debate sobre a questão, de interesse público. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo esclareceu ao edil Arnando Lessa que houve um erro de digitação, que será retificado, que o contrato é da Secretaria de Educação e que, com efeito, cabe a dispensa, no objetivo e no valor. O vereador Sílvio Humberto, pela ordem, considerou as dispensas de licitação propícias a obras e serviços de baixa qualidade. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo reiterou que justo para que as escolas não continuassem no estado em que se encontram é que foi realizada a dispensa e, na oportunidade, parabenizou o vereador Sílvio Humberto pela vigilância sobre a questão das escolas, enquanto presidente da Comissão de Educação. Pela ordem, o vereador Hilton Coelho lembrou que o atual secretário tem seis anos à frente da Secretaria de Educação, considerou que as intervenções feitas até agora foram de péssima qualidade e, por isso, veio a necessidade da dispensa. O vereador Joceval Rodrigues esclareceu posição da Prefeitura, que tem feito um grande esforço para sanar os problemas. Concordou com o vereador Sílvio Humberto, sobre a existência de escolas com problemas de estrutura, justificando a dispensa de licitação para velocidade das reformas. Lembrou que o mesmo acontece no Estado. Afirmou que, juntamente com Comissão de vereadores, visitou escola no Cabrito, e, em seguida, houve ação da Secretaria de Educação. Em aparte, o vereador Sílvio Humberto informou ter visitado a Escola São José, que apontou a necessidade de reforma da rede elétrica e reunião com o secretário de Educação. O edil informou que há cinco anos não é possível instalar computadores, já adquiridos, na escola, devido ao problema com a rede elétrica. O vereador Joceval Rodrigues solicitou que o vereador Toinho Carolino intermediasse e encaminhasse os pleitos ao secretário João Carlos Bacelar. O vereador Tiago Correia afirmou que a dispensa de licitação visou a atender o pleito colocado pelo vereador Sílvio Humberto, dada a precariedade das escolas da rede municipal, ressaltando que 27 escolas serão atendidas. Em aparte, o vereador Kiki Bispo voltou a parabenizar o vereador Sílvio Humberto, pelo posicionamento, e o secretário João Carlos Bacelar, pela providência emergencial. Também em aparte, o vereador Toinho Carolino se associou ao vereador Kiki Bispo, lembrou fazer parte da Comissão de Educação e afirmou que o secretário João Carlos Bacelar não se furtou a dizer que era calamitosa a situação da rede municipal de ensino quando assumiu a Secretaria de Educação. Ressaltou, ainda, que o Governo do Estado tem entregado escolas em péssimas condições. O vereador Tiago Correia afirmou que a maioria das escolas estaduais se encontra em situação lastimável. Em comunicação inadiável, o vereador Leandro Guerrilha convidou para audiência pública sobre Comunicação Social como contribuição para a cidadania, na próxima sexta-feira, às 14h, no Centro de Cultura da Câmara. Pela ordem, o vereador Gilmar Santiago afirmou que a ex-vereadora Olívia Santana foi secretária de Educação por apenas um ano e meio, e que o secretário João Carlos Bacelar substituiu o ex-secretário Carlos Soares. Considerou que a herança recebida na Secretaria de Educação foi deixada pelos próprios correligionários e que houve tempo suficiente para a arrumação da casa. O vereador Waldir Pires defendeu a manutenção das atribuições e prerrogativas do Ministério Público, em sua integralidade, previstas na Constituição, extremamente importantes para a democracia, a transparência e para a probidade, dada a não subordinação do MP a ninguém. Manifestou-se contra a Emenda Constitucional para suprimir a competência das investigações. O vereador Edvaldo Brito disse que, em 2010, o PTB acompanhou, na Bahia, a eleição da presidente Dilma Roussef, embora, em São Paulo, o partido adotasse posição em favor de José Serra. Em 2012, adotou, por coerência, posição apoiando Pelegrino, que foi seu aluno dedicado e, em 2013, o PTB, novamente por coerência, apoiou ACM Neto. Está, de novo por coerência, com a presidente Dilma Roussef na questão das incorporações imobiliárias, segundo a Medida Provisória

DOLM 13.06.13__:Camara_Template 12/6/2013 18:58 Página 13

601, que reduz todos os impostos a 4%. A Câmara Municipal, na Reforma Tributária, rejeitou Emenda de sua autoria que corrigia o Projeto para que não fosse efetuada a cobrança do ISS, de 5% sobre o setor, haja vista o entendimento do Superior Tribunal de Justiça – STJ contrário à possibilidade de cobrança. O vereador Cláudio Tinoco comentou preocupação com a Segurança Pública, em Salvador. Lembrou a greve da Policia Militar, ano passado, com mais de 100 homicídios, em onze dias, mencionando episódios que ocorreram no último final de semana, como o homicídio em frente à convenção do PT, no *Max Center*, e a invasão da Ufba, na qual um caixa eletrônico foi arrombado. Citou o jornal *El País*, da Espanha, de ontem, em que o Brasil foi manchete, apontando dados estatísticos de 149 homicídios, 84 tentativas de homicídios, 41 estupros, 64 assaltos a ônibus e 678 roubos. O edil afirmou que a insegurança afeta a todos e desejou que esta Casa se mobilizasse para maior discussão do problema. Pela ordem, o vereador Odiosvaldo Vigas solicitou inclusão nos Anais, da matéria de ontem, do jornal Tribuna da Bahia, "A 'farra' tributária da Copa da FIFA". O vereador Moisés Rocha declarou seu respeito ao vereador Edvaldo Brito, mas esclareceu que votou contra as Emendas do Projeto da Reforma Tributária, porque era contra o Projeto como um todo e, para manter a coerência, não poderia votar a favor das Emendas, ressalvada a questão dos servidores. Sobre a morte da senhora no Itaigara, considerou que, não obstante a violência, infelizmente, houve, também, uma fatalidade. Disse que há transparência do Governo do Estado em divulgar, rotineiramente, os números da criminalidade que, felizmente, têm diminuído, diferente de em outros estados, além de este ser o Governo que mais investiu em estrutura, cursos, aumento do número de pessoal e valorização profissional na Segurança, principalmente no tratamento do *crack* (apoio ao dependente). Defendeu o combate ao grande tráfico, que responde pela violência. Em aparte, o vereador Luiz Carlos se associou ao orador no que diz respeito aos tratamentos do usuário de drogas e dos traficantes, que têm que ser bastante distintos. O orador considerou que o Governo do Estado e a Secretaria de Segurança Pública – SSP precisam ter um olhar mais cuidadoso, uma vez que, antes de haver uma "batida", os traficantes já sabem onde ela vai ocorrer. A Senhora presidente, Dra. Fabíola Mansur, registrou a presença do deputado estadual J. Carlos, convidando-o a tomar assento à Mesa. O vereador Cláudio Tinoco também se associou ao vereador Moisés Rocha e disse que, com efeito, Educação e Segurança Pública são importantes, mas há alguma coisa de errado com a segurança na cidade, pois a população está sendo afugentada pelos criminosos, conforme o noticiário. O orador refletiu que a juventude precisa de oportunidades, declarando-se contra a redução da maioridade penal. Em aparte, o vereador Pedrinho Pepê disse que a divisão da atuação da Polícia por bairros parece ser uma solução, e lembrou que, se existem traficantes, é porque há comprador/usuário. O orador disse que o combate ao crime enseja "cortar a própria carne", vide o exemplo do Rio de Janeiro, onde até membros do oficialato foram presos em ações de combate ao crime. O vereador Odiosvaldo Vigas refletiu que o debate sobre a segurança é complexo e envolve toda a sociedade. Também em aparte, o vereador Sílvio Humberto refletiu que o enfrentamento da violência deve ser multidirecional. Fez uma análise considerando que os jovens do Subúrbio envolvidos com as drogas são "empreendedores", já que conseguiram um meio para sobreviverem, portanto, temos uma causa fundante que é o fato de a sociedade não estar empregando esses jovens negros. Trata-se de um choque de discussão radical, envolvendo a questão racial. A Senhora presidente registrou o encontro do deputado estadual J. Carlos com seu filho, o vereador J. Carlos Filho. Com a palavra, o deputado agradeceu à Casa por onde passou, e pediu a todos os vereadores que a Casa intermediasse no sentido de não haver a greve dos rodoviários, em favor da cidade. O vereador Tiago Correia cumprimentou o deputado J. Carlos, bem representado nesta Casa pelo vereador J. Carlos Filho. Parabenizou o vereador Sílvio Humberto, concordando que é preciso repensar a Segurança Pública. Quanto à Lei da Copa, afirmou que, apesar das críticas, a escolha pela FIFA foi feita anos atrás e Salvador foi uma das cidades-sede escolhidas, se comprometendo, desde então a cumprir os requisitos exigidos. Afirmou não julgar ser bom ou ruim, mas considerar que o momento não é de discussão, mas de cumprir o acordado. Em aparte, o vereador Pedrinho Pepê afirmou que alguns vereadores se posicionaram contra porque o Projeto foi imposto sem contrapartida para a cidade. Insistiu em ser necessária uma maior preparação da infraestrutura da cidade. Em aparte, o vereador Isnard Araújo afirmou que, se os vereadores não votassem, a imprensa noticiaria que estavam contra a Copa. Afirmou que é a favor da Copa, mas que não devem ser aceitas todas as imposições da FIFA. Em aparte, o vereador Edvaldo Brito informou que o PTB foi o primeiro a discutir a Copa. Reafirmou que sua posição não é de resgate de erro passado, mas de não votar uma Lei que vai de encontro ao que ensinou por toda a vida, a Constituição. Da mesma forma, reafirmou coerência também na Reforma Tributária, quanto à cobrança de ISS a 5%. O vereador Tiago Correia afirmou que a Casa jamais condenou o posicionamento do vereador Edvaldo Brito, que é pautado na Constituição e no PTB. Em aparte, o vereador Odiosvaldo Vigas comentou renúncia fiscal acima de um bilhão, afirmando que foi perdido o momento de combater a FIFA. Ressaltou querer a Copa, mas não concordar com o não-pagamento de impostos. O vereador Pedrinho Pepê considerou que a Copa já está pronta e o ISS liberado. Disse que a grande questão agora é a sucessão para o Governo do Estado. Lembrou que ninguém ganha uma eleição sozinho, mas com articulação e alianças, prova disso, a eleição do prefeito ACM Neto, sendo que o mesmo pode acontecer com Geddel Vieira Lima. Na oportunidade, leu notícia sobre a sucessão estadual, em que o secretário de Comunicação do Estado refuta qualquer tipo de aliança, o que o leva crer que ele não quer o PMDB. O PMDB ajudou o PT nas eleições nacional e municipal. Em aparte, o vereador Moisés Rocha considerou que ainda é cedo para essa discussão, considerando que o que importa numa aliança é a continuidade do Projeto de uma Bahia cada vez melhor para todos. Em aparte, o vereador Odiosvaldo Vigas registrou que o PDT tem uma candidatura própria, com o nome do deputado estadual Marcelo Nilo. Também em aparte, o vereador Euvaldo Jorge desejou que a aliança entre o PMDB e o PT voltasse a acontecer. Ainda em aparte, o vereador Tiago Correia considerou que há muitos quadros possíveis como Marcelo Nilo, Otto Alencar, Walter Pinheiro, Lídice da Matta e José Sérgio Gabrielli, o que colocará a disputa em alto nível. O vereador Cláudio Tinoco também considerou a discussão prematura, devendo a Casa se preocupar em cuidar da cidade. O vereador Euvaldo Jorge falou também da falta de segurança e criticou a Via Bahia pela falta de providência para fechar um buraco causado pelo deslizamento de terra na BR-324 (perto do Posto *Shell*), onde, constantemente, vêm ocorrendo assaltos. Aliás, qualquer para assaltos, basta haver congestionamentos, e as mulheres são a maioria das vítimas. Reiterou à Casa a sugestão de convidar o secretário de Segurança Pública, e pediu à Embasa solução para o comércio irregular de lava-a-jatos. Em aparte, o vereador Gilmar Santiago concordou com o orador de que há lava-a-jatos irregulares que representam, junto com as ligações clandestinas de água, um desperdício de 30% da água potável da cidade. Em aparte, o vereador Pedrinho Pepê disse que a questão dos lava-a-jatos precisa ser encarada como um problema social, tendo o orador respondido que estava discutindo sobre a regularização do uso da água. Em aparte, o vereador Moisés Rocha opinou que a Via Bahia tem deixado a desejar. Sobre a proliferação de lava-a-jatos e estabelecimentos comerciais sem licença, isso atesta o alto nível de desemprego, sendo preciso proporcionar empregos, cadastrar as pessoas e regularizar o estabelecimento, mas, enquanto isso não for feito, não se deve retirar as pessoas. Nada mais havendo, a Senhora presidente Dra. Fabíola Mansur declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra Ordinária para amanhã, à hora regimental. REGISTROS: registros dos vereadores: Aladilce Souza, Euvaldo Jorge e Léo Prates.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

Vereador(es) licenciado(s)	Período	Fundamentação
TOINHO CAROLINO	10/06/13	Art.18, inciso II, Res.910/91

ATO Nº 008/2013 – O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Complementar n.º 18/96 e o Ato da Mesa nº 1.201/2013,

RESOLVE:

Fixar o teto limite para pagamento do auxílio-educação dos servidores e seus dependentes desta Casa Legislativa, em R$ 460,73 (quatrocentos e sessenta reais e setenta e três centavos), por beneficiário, referente ao exercício de 2013, a partir de 1º de junho de 2013.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 08 de junho de 2013.

PAULO CÂMARA
Presidente

PROCESSO INDEFERIDO

PROCESSO Nº : 1045/2013
INTERESSADO : Edson Antonio Machado

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE ADITIVO

TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO CMS nº 24/2010

PROCESSO DE ORIGEM	CMS nº. 2816/2009
CONTRATANTE	CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADO (A)	EMPRESA TELA PRODUTORA DE IMAGENS LTDA.
OBJETO	Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 24/2010.
PRAZO	12 (doze) meses, contados a partir de 08/06/2013.
BASE LEGAL	Art. 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e nas informações exaradas no Processo CMS nº 733/2013.
VALOR MENSAL	R$ 111.558,58 (Cento e onze mil quinhentos e cinqüenta e oito reais e cinqüenta e oito centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01.031.038.2521 – 3.3.90.39.00
DATA DE ASSINATURA	07/06/2013.
ASSINAM	Paulo Câmara - CMS Dylton Portella Lima Filho – Contratada
TESTEMUNHAS	Viviane Oliveira Damaceno Rafael de Aguiar

VEREADORES DA 17ª LEGISLATURA (2013/2016)


Paulo Câmara
PSDB
Presidente

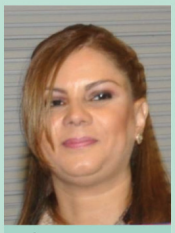

Carlos Muniz
PTN
1° vice-presidente


Isnard Araujo
PR
2° vice-presidente


Fabíola Mansur
PSB
3° vice-presidente


Arnando Lessa
PT
1° secretário


Orlando Palhinha
PP
2° secretário


Catia Rodrigues
PMN
3° secretária


Geraldo Jr.
PTN
Corregedor-geral


Aladilce de Souza
PC do B
Ouvidora-geral


Everaldo Augusto
PC do B
Ouvidor substituto


Alan Castro
PTN


Alberto Braga
PSC


Alemão
PRP


Alfredo Mangueira
PMDB


Ana Rita Tavares
PV


Carballal
PT


Claudio Tinoco
DEM


David Rios
PSD


Duda Sanches
PSD


Edvaldo Brito
PTB


Euvaldo Jorge
PP


Gilmar Santiago
PT


Heber Santana
PSC


Hilton Coelho
PSOL


J. Carlos Filho
PT


Joceval Rodrigues
PPS


José Trindade
PSL


Kiki Bispo
PTN


Leandro Guerrilha
PSL


Leo Prates
DEM


Luiz Carlos
PRB


Marcell Moraes
PV


Moisés Rocha
PT


Odiosvaldo Vigas
PDT


Pedrinho Pepê
PMDB


Silvio Humberto
PSB


Soldado Prisco
PSDB


Suica
PT


Tia Eron
PRB


Tiago Correia
PTN

Toinho Carolino
PTN

Vado
DEM

Waldir Pires
PT